



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - www.ancine.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.017850/2017-84

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência tem como Objeto a Aquisição de 7(sete) Suporte Pedestal com Rodas e Altura Regulável de 1010 a 1500 mm para TVs de 32" a 65", para as quatro Diretorias da Agência, dois para a Sala de Cinema do Escritório Central, e um para o Escritório Regional de Brasília; e 2 (duas) Smart TV de 60" Ultra HD 4K HDR com Conversor Digital 3 HDMI 2 USB 120Hz.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição justifica-se para garantir as salas das Diretorias e o Escritório Regional de Brasília com suportes de TV; e a Sala de Cinema com Monitores de TVs da mais avançada tecnologia disponível no mercado, compatíveis com equipamentos multimídias; para a realização de vídeo-conferências, palestras, cursos e apresentações.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS, MODALIDADE, E DO TIPO DE LICITAÇÃO

3.1. A aquisição, objeto deste Termo de Referência, se enquadra como de natureza comum, de caráter não contínuo e a dar-se-á por meio de seleção de proposta na modalidade Pregão na forma eletrônica, regulamentado pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e do tipo menor preço.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS OBJETOS

4.1. Os objetos devem atender as seguintes especificações:

ITEM	MATERIAL/DESCRIÇÃO	Quantidade Total	Quantidade para o Escritório Central - RJ	Quantidade para o Escritório Regional de Brasília
01	<p>Suporte Móvel Pedestal de Chão com Rodas, Bandeja e Altura Regulável para TVs LCD/LED/Plasma/3D de 32 até 65 ELG Suportes A06V6 ou similar, cor Preta:</p> <p>Tipo pedestal;</p> <p>Polegadas compatíveis de 32" a 65";</p> <p>Ajuste de altura tipo click pelo menos até 1500mm</p> <p>Padrão VESA (HxV)mm: 200x200, 300x200, 300x300, 400x200, 400x300, 400x400, 600x200, 600x400;</p> <p>Passagem interna para fiação;</p> <p>Regulagem de Altura;</p> <p>Bandeja de apoio com capacidade de pelo menos 15kg;</p> <p>Regulagem da Bandeja;</p> <p>Capacidade para suportar pelo menos 45Kg;</p>	7(sete)	6 (seis)	1(um)

	Cor Preta.			
02	Smart TV LED 60” Ultra HD 4K LG 60UH7650 com Conversor Digital 3 HDMI 3 USB Quantum Display webOS 3.0: modelo 60UH7650 ou similar; Tela de 60”; resolução de imagem Ultra HD com tecnologia 4K; Pelo menos 3 entradas de HDMI; Pelo menos 3 entradas de USB; painel com velocidade 120 Hz; sistema operacional webOS 3.0 ou similar; Quantum Display e HDR; Dolby Vision e HDR; Conexão com Smartphones, mobiles, com capacidade para se conectar a pelo menos quatro dispositivos simultâneos; Controle remoto inteligente, com possibilidade de navegação entre conteúdos.	2(duas)	2(duas)	-

4.2. Os licitantes deverão ofertar, quando aplicável, produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade ambiental dispostos no Capítulo III, art. 5º, I, II, III e §1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 da *Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*.

5. DA GARANTIA

5.1. Os produtos deverão ter a garantia mínima, contada a partir da data do **ACEITE DEFINITIVO**, nos termos da alínea “b” do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666/1993, de no mínimo **12 (doze) meses**.

5.2. Durante o prazo de garantia estipulado no subitem anterior, a **CONTRATADA** se obriga a reparar, consertar, corrigir ou substituir o produto adquirido, peças e/ou partes dos mesmos, exceto quando o defeito for provocado por uso inadequado, devidamente comprovado nos autos; e

5.3. Deverá apresentar Declaração ou Termo de Garantia, emitida pelo fabricante do(s) bem(ns) ofertados, em papel que o identifique, contendo as condições e o(s) prazo(s) mínimo(s) de garantia estipulado(s), indicando a(s) empresa(s) que prestará(ão) a assistência técnica, relativa aos mobiliários, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: Razão Social, CNPJ, endereço com CEP, número do telefone e *e-mail* (se houver).

6. DO PRAZO PARA ENTREGA

6.1. A **CONTRATADA** deverá efetuar a entrega dos materiais **em até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho, que lhe será entregue por meio eletrônico (*e-mail*) preferencialmente.

7. DO LOCAL DE ENTREGA

7.1. Os produtos serão entregues conforme descrito na planilha do item 4.1 deste Termo de Referência:

a) **Escritório Central da Agência Nacional do Cinema-ANCINE**, situado na Avenida Graça Aranha, 35, Sala 908, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-002, em dias úteis, no horário de 9h a 18h;

b) **Escritório Regional - Brasília – Sede**, situado na SRTV Sul Conjunto E, Edifício Palácio do Rádio, Bloco I, Cobertura, Brasília/DF, CEP: 70340-901, em dias úteis, no horário de 9h a 18h.

8. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente até que seja feita a montagem no local de instalação, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2. Após o recebimento dos produtos e durante a utilização, caso fique evidenciada qualquer divergência em sua qualidade, a ANCINE se reserva ao direito de devolvê-los ao fornecedor, devendo ser substituídos por outros que atendam ao solicitado, sem nenhum ônus à ANCINE.

8.3. Os produtos somente serão considerados aceitos, após serem desembalados, montados e conferidos pelas respectivas áreas solicitantes, atendidas as especificações e condições exigidas neste Termo de Referência.

8.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da **CONTRATADA** o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas próprias custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei e no Instrumento Convocatório.

8.6. A **CONTRATANTE** procederá o recebimento definitivo dos bens, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante ateste.

8.7. Na hipótese da perda do prazo do item anterior, o aceite definitivo reputar-se-á como feito.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.9. Transporte e a embalagem dos itens, objeto deste pregão, da empresa até seu respectivo local de entrega, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

8.10. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com vícios, ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência.

8.11. Serão observados os prazos de validade indicados pelos fabricantes.

8.12. Não serão aceitos produtos com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da notificação que lhe será entregue;

10.1.5. Informar endereço de e-mail para o recebimento da Nota de Empenho, informações, solicitações e notificações expedidas pela **CONTRATANTE**;

10.1.6. Comunicar à **CONTRATANTE**, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.8. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função do fornecimento autorizado, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**;

10.1.9. Comunicar à **CONTRATANTE**, de forma detalhada, todo e qualquer incidente que ocorra no curso da execução contratual;

10.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e de acesso às dependências da ANCINE;

10.1.11. Responder por quaisquer danos causados diretamente à ANCINE ou a terceiros ou a seus funcionários, decorrentes da execução do Contrato, quando ocasionados por fato próprio, durante a entrega dos produtos;

10.1.12. Informar na Nota Fiscal/Fatura, o valor do Imposto sobre a Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma do §6º do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

10.1.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE**, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**;

10.1.14. Apresentar, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura, quando Pessoa Jurídica optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**SIMPLES NACIONAL**), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, uma via da declaração prevista no Anexo IV da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/2012, para não retenção na fonte do Imposto sobre a Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para Seguridade Social-COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, consubstanciada no inciso XI do art. 4º da referida instrução normativa; e

10.1.15. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o fornecimento dos produtos, bem como eventual custo de frete na entrega.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não existirá para a **CONTRATANTE** qualquer solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da **CONTRATADA**, por ventura, utilizados na entrega do objeto contratual;

12.2. A **CONTRATADA** deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável ao fornecimento dos produtos, especialmente os referentes à segurança e a medicina do trabalho;

12.3. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do objeto a que se refere este termo de referência, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**; e

12.4. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**.

13. DO RECEBIMENTO

13.1. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais e na quantidade total estabelecida para o fornecimento;

13.2. Os produtos recebidos serão objeto de inspeção pela ANCINE, e consistirá nas seguintes fases:

a) **ACEITE PROVISÓRIO**, no ato do recebimento; e

b) Comprovação de que os produtos atendem às especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência e apresentadas na Proposta Comercial da **CONTRATADA**;

c) Verificação da quantidade e funcionamento dos produtos fornecidos, e demais testes pertinentes para aferição da qualidade; e

d) **ACEITE DEFINITIVO**, findada a montagem/instalação dos produtos, após constatada sua boa qualidade, seu uso e funcionamento, este será emitido **no prazo de até 10 (dez) dias úteis**.

13.3. Caso insatisfatórias as verificações acima, a Contratante comunica-las-á, preferencialmente por e-mail, consignando quais são as desconformidades com as especificações do Termo de Referência ou vícios apresentados. Nessa hipótese, o objeto será rejeitado, devendo ser substituído **no prazo de até 05 (cinco) úteis**;

13.4. Caso o prazo acima seja descumprido, ou a Contratada forneça novamente produtos viciados ou que não atendam ao Termo de Referência ou Proposta, incorrerá em descumprimento parcial ou total do objeto do Contrato, sujeitando-se às penalidades previstas na Lei 8.666/1993 e no Instrumento Convocatório.

13.5. Os custos da substituição de objeto rejeitado serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

14. DO PAGAMENTO

14.1. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da Agência Nacional do Cinema-ANCINE, com o seguinte endereço: Avenida Graça Aranha, 35, Centro - Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF nº 04.884.574/0001-20.

14.2. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos produtos, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela **CONTRATADA**;

14.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, §3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

14.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “ATESTO” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da **CONTRATADA** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

14.5. A Nota Fiscal/Fatura poderá conter código de barras para agilizar o pagamento. O valor correspondente ao código de barras deverá ser líquido, já deduzidos os tributos, devendo, no entanto, constar no corpo da Nota Fiscal/Fatura os tributos devidos;

14.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

14.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

14.9. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo **SIMPLES NACIONAL**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar; e

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

V = Valor a parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado;

$I = (TX) / 365$ $I = (TX/100) / 365$ = 0,00016438

365 TX = percentual da taxa anual = 6%

14.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CONTRATANTE**;

14.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

14.13. Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa;

14.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF;

14.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da **CONTRATANTE**, não será rescindido o contrato em execução com a **CONTRATADA** inadimplente no SICAF; e

14.16. A critério da ANCINE, poderão ser utilizados o pagamento devido para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

15. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O fornecimento dos produtos será acompanhado e fiscalizado por Servidor especialmente designado, que anotará, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com o objeto da contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas, vícios, ou defeitos observados; e

15.2. As decisões e providências, que ultrapassem a competência do representante, deverão ser solicitadas aos seus Superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

16. DA SUSTENTABILIDADE

16.1. No que couber, a Contratada deverá observar as disposições contidas no artigo 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, para o fornecimento dos produtos.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal; e

17.1.6. Não mantiver a proposta.

17.2. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;

17.2.2. **Multa moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias corridos;

17.2.3. **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.6. **Impedimento de licitar e contratar com a União** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e

17.2.7. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a **CONTRATADA** que:

17.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

17.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade; e

17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DO VALOR ESTIMADO

18.1. A pesquisa de preços abaixo foi realizada junto aos sítios de fornecedores, em conformidade com a Instrução Normativa 5 SLTI do MPOG de 2014 com a nova redação da IN 3 de 20 de abril de 2017:

Pesquisa de Preços de Suporte Móvel Pedestal de Chão com Rodas, Bandeja e Altura Regulável para TVs LCD/LED/Plasma/3D de 32 até 65 ELG ou similar Suportes A06V6 Preto ou similar				
Fornecedora	CNPJ	Unidades	Preço Unitário	Preço Total
B2W - Companhia Digital	00.776.574/0006-60	7	R\$ 1.299,90	R\$ 9.099,30
LP Comércio de Eletronicos	21.851.194/0001-09		R\$ 1.299,90	R\$ 9.099,30
WMB COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA	14.314.050/0001-58		R\$ 1.299,00	R\$ 9.093,00

Valor Médio			R\$ 1.299,60	R\$ 9.097,20
Pesquisa de Preços Smart TV 60" 60KU6000 Ultra HD 4K HDR com Conversor Digital 3 HDMI 2 USB 120Hz				
Fornecedora	CNPJ	Unidades	Preço Unitário	Preço Total
B2W - Companhia Digital	00.776.574/0006-60	2	R\$ 6.299,00	R\$ 12.598,00
CNOVA Comércio Eletrônico S.A.	07.170.938/0001-07		R\$ 6.299,00	R\$ 12.598,00
WMB COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA	14.314.050/0001-58		R\$ 6.299,00	R\$ 12.598,00
Valor Médio			R\$ 6.299,00	R\$ 12.598,00

18.2. Conforme pesquisa de preços, o valor médio estimado do item nº 1 é de R\$9.097,20 (nove mil e noventa e sete reais e vinte centavos), e do item nº 2 é de R\$12.598,00 (doze mil, quinhentos e noventa e oito reais), totalizando uma estimativa de R\$21.695,20 (vinte e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) para o objeto deste Termo de Referência.

19. DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelo Servidor abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância, aprovação pela Secretaria de Gestão Interna.



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Garcia Xavier, Técnico Administrativo**, em 13/07/2017, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério De Alvarenga Ferreira, Coordenador(a)**, em 13/07/2017, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0516406** e o código CRC **C4072FC6**.